

**PAUTA DA 27ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA**

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina deliberará sobre as seguintes matérias, na reunião do dia **16/09/2025**, às **10h**, na **Sala de Reuniões das Comissões**:

1 – PL n. 323/24

Autor: Deputado Sargento Lima (PL)

Relator: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)

O projeto obriga as instituições financeiras credoras dos automóveis que tiverem obtido a quitação das parcelas a realizarem a comunicação ao Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN).

A medida busca agilizar e evitar fraudes no processo de transferência da propriedade do automóvel.

2 – PL n. 325/2025

Autor: Deputado Vicente Caropreso (PSDB)

Relator: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)

O projeto cria a política de combate ao assédio *on line* e ao *Cyberbulling* contra pessoas com deficiência no Estado e promoção de ambiente digital seguro, inclusivo e acessivo mediante a adoção de estratégias de prevenção e enfrentamento dessas práticas nocivas.

De acordo com a proposta, será considerado assédio qualquer conduta ofensiva, discriminatória, injuriosa ou vexatória praticada contra pessoas com deficiência por meio de plataformas digitais e, ainda, a ação reiterada de hostilidade, humilhação, ameaça ou intimidação com o objetivo de causar sofrimento moral ou psicológico.

A política consistirá na implementação, pelo Poder Executivo, de canais específicos de denúncia contra tais práticas e na articulação junto aos administradores das plataformas com o objetivo de criar mecanismos de identificação e exclusão de conteúdos ofensivos, assim como a aplicação de penalidades aos ofensores.

3 - PL n. 208/2025

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

O projeto cria a central de videochamada em Libras (Língua Brasileira de Sinais) para o acesso aos serviços públicos.

A medida busca a inclusão das pessoas com deficiência auditiva aos serviços públicos no Estado, disponibilizando recursos escritos e visuais de linguagem para garantir a compreensão das informações.

Dentre as áreas atendidas estão: saúde, educação, assistência social, justiça e segurança pública, além do acesso a informações sobre políticas públicas, programas de governo bem como a solicitação de documentos e registros essenciais para a população.

4 - PL n. 221/2025

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

O projeto obriga a implantação de controle de acesso e mecanismos de segurança nas escolas públicas e privadas no Estado.

A imposição está restrita às unidades escolares de educação básica, que abrange o ensino infantil, fundamental e médio.

Serão considerados mecanismos de controle de acesso e segurança: portaria com controle de entrada e saída de pessoas com identificação obrigatória; instalação de

câmeras de monitoramento nos portões, corredores e áreas comuns; grades e muros delimitando o perímetro da escola; portas com travamento controlado para acesso às áreas administrativas e pedagógicas; alarmes e sistemas de alerta de emergência, preferencialmente ligados à segurança pública.

5 - PL n. 205/2025

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

O projeto estabelece a classificação por faixa etária para a entrada de crianças e adolescentes nos estabelecimentos públicos e privados do Estado, com o objetivo de proteger a sua integridade física, moral e psicológica.

Uma das regras da proposta consiste em proibir a entrada de crianças e adolescentes em eventos que contenham a exibição de cenas eróticas ou pornográficas, a incitação ao crime ou atos de violência, exposição ao uso de tabaco, drogas e substâncias prejudiciais à saúde, assim como a práticas violadoras de direitos assegurados à infância e juventude.

Além disso, somente será admitido o ingresso de adolescentes entre 16 e 18 anos de idade a eventos de conteúdo adulto no caso de expressa autorização dos pais e responsáveis. Já aos adolescentes com idade entre 12 e 16 anos, somente será permitida a entrada em eventos classificados como infantis ou juvenis.

6 – PL n. 373/2025

Autor: Deputado Jessé Lopes (PL)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

A medida permite o uso de canudos e outros produtos descartáveis, biodegradáveis, recicláveis ou reutilizáveis por estabelecimentos comerciais no Estado, tais como hotéis, clubes, padarias, bares e lanchonetes.

7 - PL n. 489/2025

Autor: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

O projeto proíbe a nomeação para cargos e funções de confiança nos órgãos públicos do Estado de pessoa condenada pela prática de crimes sexuais contra vulneráveis, assim considerados a mulher, a criança, o adolescente e o idoso.

8 - PL n. 563/2024

Autor: Deputado Matheus Cadorin (PL)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

A proposta tem por objetivo modernizar o tratamento normativo das atividades econômicas de baixo risco, oferecendo um ambiente de negócios mais dinâmico e desburocratizado no Estado, em conformidade com o disposto pela Lei Federal n. 13.874/2019.

O projeto de lei original recebeu emenda e apresenta anexo único contendo 896 (oitocentos e noventa e seis) atividades classificadas como de baixo risco, as quais dispensam atos públicos de liberação (alvarás e licenças).

9 - PL n. 126/2024

Autor: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

A proposta obriga que os atendentes de público nos órgãos da Administração Pública participem de cursos certificados a respeito dos direitos das pessoas idosas e com deficiência.

10 - PLC n. 18/2025

Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

O projeto altera a Lei Complementar n. 724/2018, propondo modificações estratégicas destinadas a otimizar a estrutura organizacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado.

A proposta apresentada resulta na redução de 43 (quarenta e três) vagas previstas para o quadro de oficial e 20 (vinte) para o quadro de cadetes, correspondendo a uma redução de 13,87% das vagas atualmente previstas para a carreira de oficialato, com a redução do impacto financeiro futuro.

11 - PL n. 86/2024

Autor: Deputada Ana Campagnolo (PL)

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

A proposta legislativa dispõe sobre os critérios para a identificação do gênero masculino e feminino no estado.

Pelos termos da proposta, o sexo de um indivíduo é definido como seu sexo biológico por ocasião do nascimento. Será denominada de “mulher” a pessoa cujo sistema reprodutivo é naturalmente projetado para produzir óvulos, e de “homem”, o indivíduo projetado para fertilizar óvulos.

Esses parâmetros deverão ser adotados em competições esportivas, prisões, abrigos de vítimas de violência doméstica ou estupro, vestiários, banheiros, além de órgãos que promovam a coleta de dados de saúde pública, criminalidade, índices econômicos ou outros números oficiais.

12 - PL n. 321/2023

Autor: Deputado Jessé Lopes (PL)

Relator: Deputado Alex Brasil (PL)

O projeto reconhece como atividade de risco a de vigilância e segurança privada e proíbe o constrangimento dos trabalhadores no exercício da função.

Nos termos da proposta, as seguintes condutas configuram constrangimento ilegal: i) incitar ou promover violência verbal ou física; ii) embaraçar, dificultar ou impedir o exercício regular das funções do vigilante.

13 - PL n. 43/2025

Autor: Deputado Jessé Lopes (PL)

Relator: Deputado Alex Brasil (PL)

A proposta prevê multa administrativa no valor de R\$500 por condução de veículo com descarga livre ou silenciador de motor defeituoso com a flagrante intenção de produzir ruído.

O projeto, contudo, isenta da sanção aqueles que não estiverem, na ocasião da abordagem, fazendo mau-uso intencional ou provocando ruídos excessivos propositalmente.

A medida busca trazer maior qualidade de vida aos catarinenses, ao evitar a poluição sonora de modo deliberado.

14 - PL n. 518/2025

Autor: Deputado Mauricio Peixer (PL)

Relator: Deputado Alex Brasil (PL)

O projeto cria a política estadual de prevenção ao *burnout*, com o foco em ações educativas preventivas e no acolhimento psicossocial voltados aos servidores do setor

privado e público, especialmente nas áreas de saúde, educação e servidores públicos estaduais.

Dentre as ações do programa estadual estão: promover a saúde mental e qualidade de vida no ambiente laboral; fomentar ambientes laborais saudáveis, com relações mais humanas e seguras; reduzir índices de afastamento por transtornos mentais, especialmente a Síndrome de *Burnout*; capacitação de gestores públicos e privados para reconhecer e agir diante de sinais de esgotamento.

15 - PL n. 566/2025

Autor: Deputado Sargento Lima (PL)

Relator: Deputado Alex Brasil (PL)

A proposta busca promover a biodiversidade marinha e o uso sustentável dos recursos pesqueiros com o controle dos impactos decorrentes dos equipamentos de pesca abandonados, perdidos ou descartados que continuam a capturar espécies e degradar os habitats naturais.

Dentre as medidas adotadas, estão a proibição do descarte intencional de equipamentos de pesca em corpos hídricos e a pesca industrial sem sistema de rastreamento dos instrumentos em áreas críticas mapeadas pelo Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), nos termos de regulamento.

16 - PL n. 117/2025

Autor: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

A proposta cria o programa de modernização no atendimento emergencial da Secretaria de Segurança Pública do Estado, determinando seja feito com o uso de aplicativos de mensagens instantâneas, como o Whatsapp.

17 - PL n. 220/2025

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

A proposta cria a Conselho Estadual de Transporte Rodoviário de Cargas com a finalidade de estudar e propor soluções para a mobilidade urbana e logística de veículos pesados.

O órgão referido terá por incumbência a identificação dos principais gargalos logísticos no transporte rodoviário de cargas, a proposição de diretrizes para a circulação segura e eficiente dos veículos de carga e o acompanhamento da execução das obras e ações que impactem a mobilidade de veículos pesados em território catarinense.

Ana Cláudia Torret Rocha

Comissão de Constituição e Justiça - CCJ

Coordenadoria das Comissões

(48) 3221-2576

Michelle Dias

Jornalista Sala da Imprensa ALESC

(48) 3221-3094

